

Educação midiática e jornalismo: experiência da formação de professores em educação midiática por jornalistas em Portugal¹

Christiane PITANGA²

Diva Souza SILVA³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

Apresenta-se a pesquisa sobre o projeto de formação de professores em educação midiática por jornalistas. A investigação teve como objetivo principal apurar e analisar os pontos negativos e positivos do projeto a partir da perspectiva dos jornalistas que participaram do projeto piloto como formadores. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, em que a entrevista em profundidade foi a técnica utilizada para coletar informações junto aos jornalistas. Essa investigação faz parte da pesquisa sobre a relação entre jornalistas e a educação midiática em Portugal. Os resultados apurados indicam que os jornalistas avaliaram positivamente o projeto e reconheceram a importância da participação em projetos de educação midiática para a produção e consumo responsável da informação e para salvaguardar os profissionais e a profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação midiática; Jornalismo; Formação de professores; Portugal.

INTRODUÇÃO

A educação midiática é uma das áreas temáticas da Educação para a Cidadania, recomendadas pelo Ministério da Educação e Ciência de Portugal (PORTUGAL, 2013), e ganha relevância no contexto atual em razão das mudanças ocorridas no ecossistema midiático devido às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) e, em especial, à proliferação das *fake news*. A adoção dos temas da Educação para a Cidadania não é obrigatória, sendo assim, as escolas têm autonomia para escolher as áreas e definir a forma como serão abordadas, seja por meio de atividades ou projetos interdisciplinares,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso de Jornalismo da UFU; membro do GTECom - Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Comunicação; pesquisadora em Educomunicação; doutora em Educação; mestre em Ciências da Comunicação; graduada em Design Gráfico - e-mail: pitanga@ufu.br

³ Professora do Curso de Jornalismo e Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação da UFU; membro do GTECom - Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Comunicação; pesquisadora em Educomunicação; doutora em Educação; mestre em Ciências da Comunicação; graduada em Pedagogia - e-mail: diva@ufu.br

por iniciativa própria ou em parceria com as famílias e entidades ligadas ao tema, em busca de uma articulação entre a escola e a comunidade. “Deste modo, a educação para a cidadania pode ser desenvolvida em função das necessidades e problemas específicos da comunidade educativa, em articulação e em resposta a objetivos definidos em cada projeto educativo de agrupamento⁴ de escola ou escola não agrupada” (PORTUGAL, 2013).

A educação midiática tem como objetivo propiciar aos estudantes o acesso e uso crítico, responsável, democrático e solidário dos meios de comunicação a fim de garantir a participação dos cidadãos na sociedade para promover a transformação social. A proposta da educação midiática é pertinente e muito apropriada para o tempo presente, mas a tarefa não é tão simples, pois requer dos professores conhecimentos sobre os recursos técnicos, formatos e a dinâmica política que envolvem a produção do discurso dos meios de comunicação. Para Graça Caldas (2006), um dos desafios da educação para a mídia é justamente desvelar a trama ideológica e as estratégias narrativas que orientam as produções midiáticas, para ajudar a decodificar os significados implícitos nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

Aprender sobre o mundo editado pela mídia, a ler além das aparências, a compreender a polifonia presente nos enunciados da narrativa jornalística, não é tarefa fácil, mas desejável para uma leitura crítica da mídia. Discutir a responsabilidade social da imprensa, do jornalista, compreender as intrincadas relações de poder que estão por trás da composição dos veículos; capacitar professores e alunos para entender os sentidos, o significado implícito no discurso da imprensa não são tarefas fáceis (CALDAS, 2006, p. 122).

Nesse sentido, em 2014, o Ministério da Educação de Portugal aprovou o Referencial de Educação para a Mídia para apoiar ou orientar o trabalho de professores a respeito da educação midiática. Esse referencial é resultado de um trabalho colaborativo entre a Direção-Geral da Educação, pesquisadores e jornalistas; não tem como objetivo fornecer guias ou programas prescritivos para a educação midiática, mas instrumentos para os professores criarem atividades ou projetos relacionados ao tema.

A inserção da educação midiática como uma das áreas da Educação para a Cidadania e a elaboração do Referencial de Educação para a Mídia são ações importantes,

⁴ Agrupamento de escolas é uma unidade organizacional do sistema educativo de Portugal, composta por órgãos próprios de administração e gestão; tanto pode se caracterizar por reunir escolas de educação pré-escolar e de um ou mais ciclos de ensino, a partir de um projeto pedagógico comum, ou por reunir estabelecimentos de determinada área geográfica.

mas não suficientes para a educação midiática ser abordada nas escolas. É preciso uma ação formativa dos professores para que eles possam se apropriar melhor dos conhecimentos e desenvolver projetos de educação para a mídia. Dessa forma, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) apresentou ao Ministério da Educação um projeto para a formação de professores do 3º ciclo e o secundário⁵ sobre a educação midiática.

Neste artigo, apresenta-se a pesquisa sobre o projeto de formação dos professores sob a perspectiva dos jornalistas que participaram do projeto piloto, realizado em 2019. A investigação teve como objetivos apurar e analisar os pontos negativos e positivos do projeto a partir da perspectiva dos jornalistas; verificar se houve trocas (e como ocorreram) entre professores e jornalistas, ou seja, se houve momento para os professores se expressarem a respeito da mídia e do jornalismo; apurar, caso tenha ocorrido as trocas, qual a percepção dos professores sobre o jornalismo e como os jornalistas receberam a opinião dos professores. Essa investigação faz parte da pesquisa sobre a relação entre jornalistas e a educação midiática em Portugal. Trata-se de investigação com abordagem qualitativa, em que a entrevista em profundidade foi a técnica utilizada para coletar informações junto aos jornalistas.

O projeto piloto foi realizado em cinco regiões de Portugal, tendo como sede as cidades Águeda (região central), Évora (região do Alentejo), Faro (região do Algarve), Lisboa (região do Tejo) e Porto (região norte). Para cada cidade foi destacada uma dupla de jornalistas (um acadêmico, com experiência em formação, e outro com atuação ou experiência de mercado), o que resultou em dez participantes oficialmente. Em Évora, houve a necessidade da colaboração de um terceiro jornalista, um profissional especializado em audiovisual, devido à demanda dos professores por projetos em vídeo. Dos participantes, quatro jornalistas se prontificaram a participar das entrevistas que foram realizadas no mês de junho de 2019. Para preservar a identidade dos participantes, os mesmos serão identificados por J-A, J-B, J-C e J-D. Todos os quatro moram em Lisboa, mas participaram dos projetos em Évora, Faro e Lisboa. São formados em jornalismo há 20, 25 e 30 anos, e, com exceção de um, que dedica boa parte da carreira à educação, os demais têm longa experiência pelos trabalhos desenvolvidos em diversos veículos (impresso, rádio e tv), mas atuam também como formadores e professores universitários, e tentam conciliar as duas atividades.

⁵ Em equivalência ao ensino brasileiro, o 3º ciclo do ensino básico corresponde à 7ª, 8ª e 9ª série do ensino fundamental II e o secundário é o mesmo que ensino médio.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA EM PORTUGAL

A educação midiática é um movimento que surgiu a partir da preocupação da influência que os meios de comunicação, inicialmente o cinema e, posteriormente, a televisão, poderiam exercer na sociedade por meio da produção e veiculação de conteúdos (filmes, livros, programas de tv etc.). A produção desses conteúdos, considerados mercadorias a serem consumidas pelas audiências, representa uma estratégia de controle social pelas forças dominantes que detêm o poder sobre os meios de comunicação. Portanto, cabe à educação midiática propiciar aos estudantes acesso, compreensão dos meios de comunicação e criação de mensagens em variadas plataformas e contextos. O acesso aos meios refere-se ao uso dos recursos técnico-instrumentais, como navegação na internet, busca, seleção, arquivamento e partilha de conteúdos, e conhecimentos sobre a legislação e regulações da área midiática. A compreensão dos meios de comunicação contempla a capacidade de interpretação, análise e avaliação dos conteúdos, ou seja, capacidade para analisar as técnicas, linguagens e convenções das narrativas midiáticas, compreender como e porquê as mensagens são produzidas, e assumir uma postura crítica em relação aos conteúdos. E a criação de mensagens refere-se à produção e compartilhamento de informações, além da interação com demais conteúdos midiáticos (VIEIRA, 2008). Objetivamente, a educação midiática propõe

a aquisição de conhecimentos e competências para aceder, analisar criticamente os diferentes media e comunicar de forma pertinente e criativa, tirando partido deles.

[...]

Não se trata apenas de adquirir conhecimentos; trata-se também de tomar consciência das motivações das transações emocionais e afectivas; de se posicionar e adotar comportamentos conscientes e críticos” (MILOBS, 2018).

Em Portugal, os primeiros registros de educação midiática datam da década de 1940, com os cineclubes. Por iniciativa de cinéfilos, os cineclubes surgiram articulados ao movimento da escola nova com uma proposta de iniciação à linguagem do cinema, mas logo se transformaram em espaços de discussão política e de resistência ao regime ditatorial da época. Posteriormente, quando o país já respirava ares democráticos (a Revolução dos Cravos pôs fim à ditadura em 1974), esse movimento abriu caminho para a literacia fílmica, por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, e para os festivais de cinema, alguns com viés pedagógico.

Nos anos 1990, o incentivo à produção de jornais escolares foi uma estratégia das empresas de comunicação para tentar reverter a crescente perda de leitores, e representou um passo importante para a educação midiática. O jornal diário Público lançou o projeto “Público na Escola”, em que jornalistas se encarregaram da formação de professores para a utilização de mídias em sala de aula, notadamente, a produção de jornais. Ao mesmo tempo, promoveu um concurso de jornais escolares. Mais tarde, em 2010, o Diário de Notícias apresentou o projeto “MediaLab”, com apoio da Unesco. O projeto consistia em oferecer às comunidades escolares cursos de produção de capa de jornal, realizados na sede da própria empresa. Ainda dentro desse projeto, grupos de seniores eram convidados a visitar a redação e conhecer a dinâmica da produção jornalística. Observa-se, dessa forma, que “as próprias empresas de media estiveram entre os pioneiros no terreno da educação para os media, incentivando o envolvimento da comunidade escolar na produção de jornais escolares” (JORGE; PEREIRA; COSTA, 2014, p. 168).

As iniciativas da educação para a mídia atraíram a atenção de pesquisadores que passaram a investigar e contribuir com os projetos. Nesse sentido, destaca-se a pesquisa de mestrado que resultou em um manual digital com diretrizes para a criação e produção de jornais escolares. A ideia era incentivar e facilitar o uso de recursos midiáticos pelos professores como estratégia pedagógica, em especial a produção de jornais.

Ainda no âmbito escolar, um dos trabalhos mais relevantes a respeito da educação midiática é protagonizado pelos professores bibliotecários que desenvolvem projetos de formação para capacitar professores e alunos para as literacias da leitura, informação e midiática (JORGE; PEREIRA; COSTA, 2014). Em 1996, os Ministérios da Educação e da Cultura lançaram o Programa Rede de Bibliotecas Escolares (PRBE) por meio do qual foi possível “instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, disponibilizando aos utilizadores os recursos necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação em suporte analógico, eletrónico e digital” (PORTUGAL, 2019). Dessa forma, o governo assegura o desenvolvimento dos projetos em todo território português e transforma as bibliotecas em locais de formação e inovação permanente. Além das literacias, são realizados projetos de inclusão dos professores no mundo digital, para que eles possam se aproximar da realidade de seus alunos (boa parte nativos digitais) e ampliar as potencialidades de uso das ferramentas midiáticas em sala de aula.

Ao final da década de 1990 e virada do século XXI, intensifica-se o surgimento de iniciativas relacionadas à educação midiática, a saber: projeto SeguraNet, lançado pelo Ministério da Educação em parceria com outros órgãos estatais e da sociedade civil, para orientar os indivíduos sobre o uso seguro da internet; projetos de inclusão e sensibilização para a mídia, como Programa Escolhas, projeto Olhares e RadioActive, entre tantos outros. Diversos são os agentes proponentes dos projetos, como associações, empresas, governo, comunidades, instituições de ensino, o que reflete a pluralidade de atividades, objetivos, metodologias e público-alvo.

Se por um lado a diversidade de ações é salutar, por outro, a falta de articulação entre os proponentes fragiliza a implementação de políticas, pesquisas e estratégias para que a educação midiática, de fato, possa avançar e se consolidar. Por isso, para integrar projetos, fomentar as discussões, pesquisas, articular parcerias e propor políticas públicas, em 2009, foi criado o Grupo Informal de Literacia Mediática (GILM). O GILM é uma rede da qual participam as seguintes entidades: Centro de Estudo de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, Comissão Nacional da Unesco (CNU), Conselho Nacional de Educação (CNE), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação, Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), LER+ Plano Nacional de Leitura 2027, a empresa pública Rádio e Televisão de Portugal (RPT), a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), e a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Embora seja constituído por entidades, inclusive públicas, o grupo se intitula informal por ter sido criado sem interferência estatal e por manter uma estrutura horizontalizada entre os membros, em que as decisões são tomadas democraticamente.

Desde a sua criação, o GILM tem cumprido um papel relevante na articulação e realização de eventos para propiciar trocas de experiências e dar visibilidade a ações e pesquisas como, por exemplo, o congresso bienal “Literacia Mediática e Cidadania” e “7 dias com os media”⁶. Recentemente, em 2018, foi lançado o MILOBs - Observatório Media, Informação e Literacia, sob a responsabilidade do CECS-UMinho, para divulgar notícias, reunir e disponibilizar dados e iniciativas, promover atividades formativas e organizar eventos para partilha de experiências.

⁶ “7 dias com os media” é uma semana em que são realizadas ações de sensibilização dos cidadãos para o papel dos media em sua vida e na sociedade. As ações podem ser iniciativas de qualquer indivíduo ou de entidades e devem ser inscritas no site <http://www.7diascomosmedia.pt/registo/>

Do lado governamental, o Ministério da Educação também apresentou duas importantes ações: em 2012, inseriu a educação para a mídia como uma das áreas da Educação para a Cidadania. Embora a educação para a mídia não seja um tema obrigatório no currículo escolar, essa iniciativa representou um avanço para a área e para o sistema educativo. E, em 2014, a outra ação do Ministério da Educação foi a elaboração do Referencial de Educação para a Mídia⁷, dirigido à Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário, para dar subsídios aos professores e incentivá-los a desenvolver ações de educação midiática nas escolas.

Como já citado anteriormente, a publicação do referencial é fundamental para orientar os professores, mas não o suficiente. Para Graça Caldas (2006), a educação midiática deve ser ampliada para além da compreensão (ou aprendizado) das técnicas de produção de conteúdo, isto é, as iniciativas de educação para a mídia também devem trazer uma reflexão sobre a responsabilidade social da imprensa, do jornalismo e os fatores econômicos e políticos que interferem dos jornalistas. Para tanto, é importante a participação de jornalistas nesses projetos.

Nesse sentido, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) apresentou ao Ministério da Educação um projeto para a formação de professores do 3º ciclo e o secundário sobre a educação midiática. De acordo com o protocolo assinado entre o SJ e o Ministério da Educação, “o objetivo principal do projeto é disponibilizar aos professores metodologias, recursos e ferramentas que estes possam usar nas atividades de Literacia para os Media que vão desenvolver com os seus alunos e com as comunidades escolar e educativa” (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2019).

A ideia do projeto surgiu durante o 4º Congresso de Jornalistas Portugueses, em 2017, quando a organização do evento alertou para a importância do tema e, ao final, foi aprovada por unanimidade uma moção reconhecendo a urgência em se promover a educação midiática e a necessidade dos jornalistas participarem ativamente de projetos ou atividades relacionadas à educação para a mídia. Os proponentes da moção, Luís Humberto Marcos e Manuel Pinto, justificaram a iniciativa ao afirmarem que “o jornalismo e os jornalistas perdem com públicos pouco esclarecidos e conscientes da importância da informação nas suas vidas e muito poderão ganhar em contar com cidadãos e cidadãs críticos e participativos relativamente ao jornalismo e aos media”

⁷ Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_educacao_media_2014.pdf

(CLUBE DOS JORNALISTAS, 2017). Portanto, há aqui dois pontos que merecem destaque: a consciência da importância da educação midiática para o jornalismo e a necessidade dos jornalistas assumirem a responsabilidade e participarem das iniciativas relacionadas ao tema.

Entretanto, há quem veja esse projeto como uma estratégia para destacar, valorizar e distinguir o trabalho do jornalista em meio às mudanças ocorridas no ecossistema midiático e, em especial, à proliferação das *fake news*. Há também a expectativa de que o projeto estabeleça uma aproximação entre as redações, o universo escolar e, por conseguinte, a sociedade e que, dessa forma, o exercício do jornalismo esteja mais alinhado aos anseios e interesses públicos. Para Manuel Pinto,

Esta proximidade e colaboração irão seguramente enriquecer o trabalho pedagógico dos professores e as atividades das escolas. E, ao mesmo tempo, criarão as condições para escutar os mundos, os anseios e inquietações de uma franja da população que anda aparentemente distante da informação e da actualidade. Nesse sentido se pode considerar que este projeto é um caminho para recriar o futuro do jornalismo (PINTO, 2018, p. 13)

A participação dos jornalistas em projetos de educação midiática, então, passa a ser uma estratégia para salvaguardar o jornalismo e uma ação política, de posicionamento e atuação da classe profissional em atividades que lhes dizem respeito como, por exemplo, a educação para a mídia. Essa ideia é defendida pelos jornalistas que participaram desta pesquisa, como ressalta J-A:

o jornalismo deve ser preservado, deve ser protegido e reforçado. E isso passa por uma maior conscientização da sociedade como um todo sobre a sua própria [do jornalismo] importância. E o jornalista é fundamental, pois não há ninguém que possa explicar a alguém a importância do jornalismo melhor do que o jornalista (J-A, 2019).

Assim, foi assinado o protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (Cenjor⁸). Antes, porém, no final de 2017, o SJ promoveu a formação dos jornalistas para atuarem no projeto e, no primeiro semestre de 2019, foi realizado o

⁸ O Cenjor foi criado em 1986, a partir de um protocolo de cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Direção-Geral da Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação de Imprensa Diária e a Associação da Imprensa Não Diária (atual Associação Portuguesa de Imprensa – API). O objetivo do Cenjor é “oferecer atividades formativas destinadas a jornalistas e trabalhadores das empresas de comunicação, visando a melhoria do serviço por estas prestado à comunidade, através da formação contínua e dignificação dos profissionais da informação” (Cenjor, 2019). Disponível em www.cenjor.pt - Acesso em 20 de julho de 2019.

projeto piloto em cinco escolas de cinco regiões de Portugal para avaliação (e, se for o caso, ajustes ou correção) antes da implementação em outras escolas. Esse projeto piloto será melhor abordado a seguir.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LITERACIA MIDIÁTICA

O projeto piloto para formação de professores em educação midiática foi planejado e organizado por um Comitê Executivo composto por dez membros, todos jornalistas com experiência em formação e aproximação com o tema. O comitê apresentou um projeto com o seguinte desenho: carga horária total de 20h, divididas em 5 sessões de 4h. As sessões são divididas entre aulas teóricas (8h) e atividades práticas (12h). Os temas a serem desenvolvidos nas escolas devem ser indicados pelos professores para que a formação possa dialogar com as preocupações deles e atender às necessidades específicas de cada comunidade escolar. No entanto, os jornalistas também deverão abordar os seguintes assuntos:

1. Elementos e princípios do jornalismo (construção da notícia, valores-notícia, seleção e cobertura, fontes de informação). Ética e deontologia. Perfil dos jornalistas, conjuntura e desafios.
2. Os gêneros jornalísticos e a hibridização de gêneros no jornalismo digital; desinformação (“notícias” falsas, “factos” alternativos e a era da pós-verdade); leitura e consumo de notícias na atualidade; redes sociais, vídeos e telemóveis.
3. Democratização da informação e exercício da cidadania (análise das competências de cultura democrática). Formação de públicos ativos e críticos em relação à informação. (SINDICATO DOS JORNALISTAS, 2019)

O Comitê Executivo também decidiu que a formação deverá ser feita em equipe, ou seja, pelo menos por dois jornalistas, sendo um com experiência acadêmica na área da comunicação e com certificação para atuar como formador de professores, e outro com perfil mais profissional, com atuação no mercado (tanto em redação de veículos públicos quanto em redação de veículos comerciais). No entanto, a equipe poderá ser acrescida por outros profissionais desde que haja demandas por temas específicos que fogem da alçada da dupla composta inicialmente. Foi o que ocorreu em Évora, quando os professores optaram por produzir um documentário e, assim, a equipe de formadores contou com a colaboração de um profissional especialista em produção audiovisual.

Antes da implementação do projeto em todo território, o SJ optou por realizar um projeto piloto para avaliação, ajustes e correção, caso necessário, da estrutura e dinâmica inicialmente planejadas. Assim, o piloto foi realizado em cinco escolas das seguintes

regiões: Norte (cidade do Porto), Centro (Águeda), Vale do Tejo (Lisboa), Alentejo (Évora), Algarve (Faro).

Na opinião dos jornalistas que participaram do projeto piloto e contribuíram para esta pesquisa, em linhas gerais o resultado foi positivo, pois conseguiram cumprir o programa e tiveram um retorno positivo dos professores, que se mostraram interessados e muito participativos. Havia um receio da reação dos professores em relação ao papel dos jornalistas nas escolas, mas, logo no início da formação, os jornalistas esclareceram que não estavam ali para trabalhar diretamente com os estudantes, mas para auxiliar e atuar como parceiros em projetos de educação midiática. Para J-D, essa recomendação foi dada aos jornalistas durante a preparação para atuarem no projeto com os professores. Um dos formadores aconselhou:

Vocês, quando forem para as escolas trabalhar com eles [professores], não vão lá ensinar, vocês vão trabalhar com eles, porque eu sei que eles trabalham convosco. E é muito interessante o trabalho que os professores fazem, porque os professores são pessoas colaborativas, que sabem trabalhar com os alunos, sabem falar com os pais, preocupam-se com as coisas e querem fazer coisas bem feitas. (J-D, 2009).

De facto, como comprova J-C, a relação com os professores foi harmoniosa e produtiva, o que contribuiu para que os resultados fossem satisfatórios:

Nós cumprimos plenamente aquilo que eram as melhores expectativas, ou seja, do ponto de vista de interação entre os formadores e os professores que eram formandos, e, assim, correu tudo muito bem. A receptividade foi muito boa, eles estavam muito interessados, eles fizeram uma evolução notável em apenas 5 sessões, portanto, é um tempo muito curto (J-C, 2019).

A carga-horária do curso (20 horas divididas em 5 sessões no período de 3 meses) foi considerada curta pelos jornalistas e pelos professores. Todos os jornalistas participantes desta pesquisa concordam que o tempo é insuficiente para um assunto tão complexo e com várias possibilidades e demandas por atividades práticas. Na avaliação de J-B, é preciso oferecer oficinas que contemplem mais mídias para que os professores conheçam todo mix dos meios de comunicação, “ter perspectivas mais diversificadas, ou seja, a imprensa, mas também a televisão, também a rádio, o digital, portanto, se calhar mais presença do digital, porque, obviamente os mais jovens é por aí que entram” (J-B, 2019). Além disso, a proposta do projeto de formação é que os professores apresentem o

planejamento de uma atividade, sem necessariamente executá-la. Mas, quando a ideia é colocada em prática, o resultado da formação é melhor.

provavelmente teremos que chegar à conclusão que tem que ser mais longo, que dê tempo que eles façam mesmo, porque eles tiveram, os professores, tiveram que criar um projeto, não tiveram que efetivar. Alguns, como já tinham alguma coisa em andamento, até mostraram já uma coisa feita. Outros mostraram os projetos, fantásticos todos eles. Dá imensa vontade de continuar, mas, portanto, se calhar, se no futuro tiver um pouco mais de tempo que permita exatamente que se comece a planejar no início e que até o fim haja o projeto concretizado, não só planejado, mas concretizado. Isto eu acho que faz toda a diferença. (J-B, 2019)

No entanto, mesmo com essa percepção, todos reconhecem que não há como aumentar a carga-horária, pois, o formato apresentado é padrão para este tipo de formação, além da sobrecarga de trabalho e a consequente falta de tempo dos jornalistas e dos professores para maior dedicação. Para J-C (2019), nesse primeiro momento “mais vale tentar fazer uma espécie de injeção de informação, que é aquilo que se tenta fazer numa coisa com uma duração tão curta como esta; fazer com que eles experimentem o mais possível, tenham o máximo de dúvidas possível”.

Para otimizar o tempo do curso, J-C sugere que a formação tenha como estratégia a resolução de problemas, ou seja, que o aprendizado ocorra a partir da avaliação e discussão de algo concreto e que os professores busquem soluções para a situação apresentada.

Fazer isto em 15 minutos, abrir disso para discussão, a partir daí por os formandos [professores] a pensar, pô-los a ter ideias de o quê que eles poderiam fazer neste caso concreto nos seus departamentos escolares com os seus próprios alunos; planejar isso e, na sessão seguinte, eles voltarem com o trabalho, com dúvidas, com problemas, com dificuldades, com coisas que ocorreram bem, com muitas que ocorreram muito mal, e transformar estas dificuldades de cada um dos grupos ou de cada um dos indivíduos em algo que seja útil para o grupo e que faça aqui dessa semana para a seguinte eles já façam melhor. (J-C, 2019)

O tempo entre uma sessão e outra foi um ponto criticado por J-A, que considerou muito espaçado, mas, no decorrer da formação, houve a compreensão da necessidade desse período para os professores desenvolverem ou colocarem em prática as atividades propostas com seus alunos. E o retorno dos professores foi surpreendente, foi perceptível a evolução de uma sessão para outra, como constatado por J-C:

Os trabalhos, como eu disse assim, em apenas 5 sessões, ou seja, de sessão para sessão as preocupações, as necessidades, as questões e o trabalho apresentado havia uma melhoria nítida, portanto, eles estavam empenhados e foram evoluindo. E tudo se passou muito na lógica de pegar nas dúvidas, nas questões e nos problemas, apontar caminhos e soluções, e isso gerar novas dúvidas e problemas, portanto, até no final conseguirmos fechar. (J-C, 2019).

O perfil dos professores foi determinante para que essa dinâmica fosse bem sucedida. A inscrição no projeto piloto foi espontânea e acredita-se que a maioria se prontificou por já ter interesse ou trabalhos com a mídia, o que enriqueceu as discussões e facilitou o desenvolvimento dos projetos. Mas, J-A e J-C demonstraram uma certa preocupação quando a formação for estendida aos demais professores que não tem interesse pelo tema: “se eles não têm interesse, não têm conhecimento, não têm questões e, portanto, a discussão será menos rica, será menos relevante e, no final, levarão menos coisas dali, provavelmente, mais dificuldade terão em pô-las em prática com seus próprios alunos” (J-C, 2019).

O projeto piloto também trouxe à tona duas constatações: a primeira, para projetos de educação midiática serem implementados nas escolas, é preciso envolver os diretores e não somente os professores, pois, nas escolas em que alguém da direção participou do projeto com os professores, os processos nas escolas foram mais ágeis e a continuidade garantida (J-D, 2009); a segunda, é a falta de estrutura para a realização dos projetos, como relatado por J-A:

ficamos a saber duas coisas que é preciso, acho eu, mudar. Uma é: os projetos que vão ter mais sucessos, dos que eles fizeram, partem das equipes que tinham diretores de escola. Pessoas de direção envolvidas. O que que isso quer dizer? Que o suporte para a continuação já está dado. Há projetos que entraram no currículo da escola, o que é extraordinário. Isso parece-nos óbvio. A outra é: faltam instrumentos nas escolas para fazer isto [a oficina midiática] (J-A, 2019)

Portanto, para os jornalistas que participaram desta pesquisa, o Sindicato dos Jornalistas tem três desafios pela frente - despertar o interesse de todos os professores; envolver/sensibilizar os diretores em relação aos projetos; equipar as escolas com a estrutura adequada - que devem ser solucionados junto ao Ministério da Educação, a quem cabe investir nas escolas e continuar a fomentar uma educação integrada aos movimentos tecnológicos, culturais e às demandas sociais.

O primeiro passo para que a educação midiática seja implementada ou consolidada nas escolas foi dado e bem avaliado pelos participantes desta pesquisa, que se mostraram satisfeitos com os resultados. Em setembro 2019, o Sindicato dos Jornalistas realizou um encontro com todos os participantes do projeto piloto, onde foram apresentados os trabalhos e uma avaliação geral do projeto.

CONSIDERAÇÕES

A decisão em participar de projetos de educação midiática, como a parceria firmada entre o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e o Ministério da Educação para formação de professores, coloca os jornalistas portugueses como protagonistas nesse importante movimento dialógico entre comunicação e educação para a produção e consumo responsável da informação. A intenção primeira do SJ, educar as audiências para compreenderem a prática jornalística e intervirem de forma qualificada, é uma das possibilidades da educação midiática para salvaguardar os profissionais e a profissão.

Ciente de que o jornalismo perde credibilidade (por falhas próprias, pelo impacto das TDICs, pelo pouco interesse do público em relação aos media tradicionais) e que a educação midiática é um caminho para reverter essa situação, o SJ assumiu a responsabilidade para viabilizar projetos e acelerar/ampliar a inserção da educação para a mídia nas escolas. As iniciativas do Ministério da Educação (como a inclusão do tema como uma das áreas da Educação para Cidadania) não são suficientes para garantir que a educação midiática seja inserida no âmbito escolar. Portanto, o SJ dá um passo importante nesse sentido.

Mas, os desafios são muitos: é preciso conscientizar o Ministério da Educação a respeito da necessidade e da urgência de investimento em estrutura e recursos tecnológicos nas escolas para a formação dos professores e execução dos projetos junto aos estudantes; sensibilizar os professores para a importância da educação midiática e mobilizá-los para participarem da formação ministrada pelos jornalistas; conseguir a adesão de mais jornalistas para o projeto de formação; envolver editores e gestores dos meios de comunicação para que eles também assumam a responsabilidade pela educação midiática. Enfim, é o início de um longo processo, mas o primeiro passo está dado.

A educação midiática é um processo de alfabetização que demanda tempo para amadurecimento, conscientização e mudança de atitude. Portanto, ainda não é possível perceber resultados somente com o projeto piloto. O que se pode constatar é que os

jornalistas estão empenhados e confiantes com a possibilidade de falar aos professores sobre jornalismo. E ouvir o que eles têm a dizer. Isso, inevitavelmente, leva os jornalistas a fazerem uma análise e a refletirem sobre suas práticas. Espera-se que, com essas reflexões, os jornalistas busquem meios para melhorar ou aprimorar seus trabalhos e resgatar a credibilidade do jornalismo.

Sobre o projeto em si, em relação à queixa sobre a carga-horária curta em razão da complexidade do tema, fica a sugestão para se pensar em módulos ou em cursos de aperfeiçoamento. Talvez essa seja uma saída para que os professores possam não só planejar projetos num primeiro módulo, por exemplo, executá-los sob a tutoria dos jornalistas e, num segundo módulo, avaliar, refletir sobre os resultados apurados e planejarem outros projetos mais complexos.

Por fim, espera-se que as informações e discussões trazidas por essa pesquisa possam ser úteis ao SJ e que a implementação do projeto seja bem sucedida para ampliar ainda mais as iniciativas e pesquisas sobre educação midiática em Portugal.

REFERÊNCIAS

- CALDAS, Graça. Mídia, escola e leitura crítica do mundo. In: **Educação & Sociedade**. Campinas/SP, vol. 27, n. 94 – Especial, p. 117-130, jan-abr. 2006. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/122>. Acesso em: 29 mai. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100006>
- CLUBE DOS JORNALISTAS. Resolução final do 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses. In: **Clube dos Jornalistas**. Lisboa: Clube dos Jornalistas, 2017. Disponível em: <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=13273> . Acesso em 10 de abril de 2019.
- JORGE, Ana; PEREIRA, Luís; COSTA, Conceição. Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos. In Ilana Eleá (ed). **Yearbook 2014. Agentes e vozes: um panorama da mídia-educação no Brasil, Portugal e Espanha**. Suécia: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media - University of Gothenburg, 2014. p. 167-172
- MILOBS. Literacia para os media. In: **MILOBS - Observatório Media, Informação e Literacia**. Braga: CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho), 2018. Disponível em: <http://milobs.pt/literacia-para-os-media/conceitos-e-metodologias/>. Acesso em: 29 de jul 2019.
- PINTO, Manuel. Literacia Mediática: abrir um terreno novo na relação do jornalismo com a sociedade. In: **Jornalismo & Jornalistas**, n. 66, p. 12-13. Clube de Jornalistas: Lisboa, 2018. Disponível em: <http://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2018/03/JJ-66.pdf>. Acesso em: 21 mar 2019. ISSN 0874-7741
- PORTUGAL. DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE-MEC). Educação para cidadania. In: **Direção-Geral da Educação**. Portugal: DGE-MEC, 2013. Disponível em: <http://dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>. Acesso em: 22 jun 2019.

PORTUGAL. REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES (RBE-MEC). Programa. In: **RBE - Rede de Bibliotecas Escolares**. Lisboa: RBE-MEC, 2019. Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt/np4/programa.html>. Acesso em: 10 jul. 2019

SINDICATO DOS JORNALISTAS. Protocolo entre Sindicato dos Jornalistas e Ministério da Educação. In: **Sindicato dos Jornalistas**. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 2019. Disponível em: <http://jornalistas.eu/protocolo-entre-sindicato-dos-jornalistas-e-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 23 mai 2019.

VIEIRA, Nelson. As literacias e o uso responsável da internet. In: **Observatório (OBS*) Journal**, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 193-209, 2008. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/issue/view/11>. Acesso em: 30 abr. 2018. ISSN 1646-5954. DOI: <https://doi.org/10.15847/obsOBS222008112>